



Paraná é um estado de resistência e defesa da agroecologia

O Paraná tem forte caráter agrícola, marcado tanto pela presença da agricultura familiar camponesa quanto pela expansão do agronegócio. Mas sua história também é profundamente marcada pela resistência de povos indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, faxinalenses, povos e comunidades tradicionais e movimentos pela reforma agrária. Uma resistência construída contra um modelo de agricultura baseado na concentração de terras, na violência e na destruição dos territórios, e em defesa da agroecologia como forma de produzir alimento e sustentar a vida.

É sempre importante reafirmar: não há agroecologia sem campesinato, sem povos e comunidades tradicionais, sem reforma agrária e sem a defesa coletiva da terra, das águas, das sementes e dos modos de vida. A agroecologia não é apenas um modelo produtivo, mas uma prática política, ancestral e coletiva de resistência frente ao avanço do agronegócio e de suas violências.

Para a Terra de Direitos, a agroecologia integra um projeto de sociedade baseado no bem-viver e na terra sem males, em que os direitos coletivos, a justiça social e o equilíbrio com a natureza caminham juntos. Essa compreensão foi construída ao longo da atuação da organização ao lado de comunidades e movimentos

populares, na defesa dos territórios, dos direitos humanos (DHESCA) e da soberania alimentar. Também por isso, a Terra de Direitos participa, há décadas, dos processos e debates da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acompanhando a cada dois anos as discussões internacionais sobre biodiversidade, sementes, proteção ambiental e direitos dos povos.

É a partir dessa memória de atuação da Terra de Direitos que este texto resgata parte das lutas protagonizadas no estado em defesa da agroecologia. São histórias que revelam como a organização popular, a defesa dos territórios e das sementes crioulas e a resistência coletiva foram fundamentais para consolidar a agroecologia como horizonte de transformação social no Paraná. Ao mesmo tempo, revelam como massacres, criminalizações e violências no campo frequentemente surgem como resposta às formas de organização popular que enfrentam o avanço do agronegócio.

Em um ano marcado por mais uma importante edição da Jornada de Agroecologia e por atividades preparatórias da 5ª Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), revisitar essa memória também é fortalecer os caminhos do presente e do futuro.

Marcos da violência, luta e resistência

O Paraná carrega uma história marcada pela violência no campo e pela concentração fundiária. Um dos episódios mais brutais da violência contra os povos indígenas, foi o extermínio do povo Xetá, no noroeste do estado. Com o avanço da colonização e da frente cafeeira entre as décadas de 1940 e 1960, o povo indígena foi praticamente dizimado. Os poucos sobreviventes foram expulsos e dispersados para outras regiões do país. O genocídio foi reconhecido pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

Outra violência histórica ocorreu no oeste do estado, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu. A obra provocou a expulsão e o massacre de comunidades Avá-Guarani de seus territórios tradicionais, apagando aldeias inteiras e aprofundando violações contra o povo indígena. Até hoje, os Avá-Guarani seguem em movimento de retomada territorial e reconstrução de seus modos de vida, também por meio da agroecologia, da recuperação ambiental e da defesa das práticas e dos saberes dos povos originários.

Ainda antes da intensificação dos conflitos envolvendo movimentos sociais do campo, o estado viveu episódios de intensa repressão contra posseiros e trabalhadores rurais, como a Revolta de Porecatu, no final da década de 1940, e a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, em 1957. Já nas décadas seguintes, o Movimento Justiça e Terra dos atingidos de Itaipu, a fundação do MST em Cascavel, em 1984, e as ocupações de terra impulsionaram a luta pela reforma agrária no estado, sempre acompanhadas de despejos, criminalização e violência.

Com o avanço das transnacionais do agronegócio, o Paraná também se tornou território de disputa contra os transgênicos e os agrotóxicos. A partir dos anos 1990, empresas passaram a impor um modelo agrícola baseado nas monoculturas e sementes geneticamente modificadas. Em resposta, cresceram as campanhas de resistência e as ações diretas em defesa da biodiversidade, das sementes crioulas e da agroecologia.

Duas ações se tornaram marcos dessa resistência: a ocupação da Estação Experimental da Monsanto, em Ponta Grossa, em 2003, e a ocupação da área da transnacional Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, em 2006, organizada pela Via Campesina. As ações denunciavam os impactos dos transgênicos e defendiam experiências agroecológicas ameaçadas pelo avanço das empresas do agronegócio.

A mobilização de 2006 ocorreu durante a realização da COP 8 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em Curitiba (PR), espaço que historicamente contou com incidência e participação da Terra de Direitos ao lado de organizações populares e movimentos sociais. Pouco depois, a violência contra a ocupação da Syngenta pelos trabalhadores e trabalhadoras culminou em um dos episódios mais violentos da luta no campo no Paraná: a tentativa de homicídio da agricultora Isabel Maria Cardin e o assassinato de Valmir Mota de Oliveira (Keno), em 2007, durante um ataque armado contra a ocupação. A intensa violência tornou-se símbolo da violência direcionada contra quem se organiza em defesa da terra, da biodiversidade e da soberania alimentar.

No campo jurídico, a disputa também se intensificou. Historicamente, agricultores familiares, comunidades tradicionais e pequenos produtores muitas vezes não dispunham de assessoria jurídica especializada, permanecendo vulneráveis ao assédio judicial, à imposição de contratos abusivos e às ações movidas por empresas e grandes proprietários rurais. Nesse contexto, a atuação jurídica popular passou a ocupar papel central na defesa dos direitos e dos territórios.

Em 2007, a Terra de Direitos, junto à Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ajuizaram uma Ação Civil Pública que questionava os critérios da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para a liberação do milho transgênico *Liberty Link*, da Bayer. Em 2014, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região anulou a liberação, por ausência de estudos de avaliação



de riscos em todos os biomas brasileiros. No entanto, em sede de recurso de apelação o TRF-4 posteriormente julgou improcedente a ACP e liberou, com base nos estudos do CTNBio, novamente o milho *liberty link*.

A ação se tornou um importante precedente em defesa do princípio da precaução e contra a liberação de transgênicos sem estudos adequados sobre impactos ambientais e contaminação genética das sementes crioulas. Essas disputas jurídicas fortaleceram redes estaduais e nacionais de resistência, articulando organizações agroecológicas, movimentos sociais e campanhas como "O Milho é Nosso".

Outro episódio emblemático de criminalização foi a Operação Agrofantasma, deflagrada pela Polícia Federal em 2013, sob condução do então juiz Sérgio Moro. Na época, investigaram um suposto esquema de desvio de verbas na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O resultado foi a prisão de agricultores familiares, principalmente da Região Centro-Sul e Noroeste do Paraná, e o desmonte da política pública essencial para o fortalecimento da agricultura camponesa. Anos depois, todos trabalhadores foram absolvidos das falsas acusações. Ficou evidente: a Operação Agrofantasma foi planejada para ser um golpe fatal na política pública de produção de alimentos agroecológicos e no apoio aos pequenos agricultores. Foi um período de criminalização dos movimentos sociais do campo, de silenciamento e medo.

O episódio evidenciou como a violência institucional também opera como resposta à organização popular e às experiências de produção agroecológica no campo. Mas resistimos. E uma das maiores vitórias foi a retomada do PAA em 2023, após anos de luta incansável.

Em 2024, uma coalizão de organizações composta por pelo Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS, Argentina), Terra de Direitos (Brasil), BASE-IS (Paraguai), Fundación TIERRA (Bolívia), Misereor e o Centro Europeu para os Direitos Constitucionais e Humanos (ECCHR) apresentou denúncia contra a transnacional Bayer perante

a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pelas violações de direitos humanos relacionadas ao uso de agrotóxicos à base de glifosato e sementes geneticamente modificadas. No Oeste do Paraná, os impactos atingem diretamente os territórios Avá-Guarani, especialmente nas aldeias Y'Hovy, Pohã Renda e Ocoy, com violações aos direitos à saúde, ao território, à água e ao meio ambiente. Uma violência que os povos originários seguem na luta para cessar.

Nesse cenário, as atividades de incidência, formação e a organização e mobilização popular por meio de atividades como Jornada de Agroecologia, as feiras de sementes, as festas da colheita e os espaços de formação popular tornaram-se mais do que celebrações: consolidaram-se como estratégias coletivas de resistência frente à destruição promovida pelo agronegócio. Cada encontro, cada troca de sementes e cada experiência agroecológica afirmam que existem outros caminhos possíveis para produzir alimento e cuidar da terra.

Resistências atuais



Hoje, a agroecologia segue viva e em expansão no Paraná graças à atuação coletiva de movimentos sociais, organizações populares, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e redes de assessoria técnica e jurídica. Redes como a Rede Sementes de Agroecologia (ReSA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Assesoar, AOPA, AS-PTA, Fecoqui, Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Capa-FLD, entre tantas outras, seguem fortalecendo experiências agroecológicas e a defesa dos territórios.

Ao lado dessas organizações, movimentos como MST, MPA e comunidades quilombolas mantêm viva a construção da agroecologia no estado, também por meio de cooperativas de reforma agrária, de escolas de formação como a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), na Lapa (PR),

responsável pela formação de novas gerações comprometidas com a defesa da terra, dos territórios e dos saberes tradicionais.

Em sua 23ª edição, a Jornada de Agroecologia permanece como um dos principais espaços de articulação entre movimentos sociais, organizações populares, técnicos, estudantes e consumidores, fortalecendo o diálogo entre campo e cidade.

A participação nos processos internacionais também segue sendo parte importante dessa trajetória de resistência. A cada dois anos, a Terra de Direitos participa das Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acompanhando e incidindo nos debates globais sobre proteção da biodiversidade, sementes, direitos dos povos e enfrentamento à crise climática, em articulação com Grupo de trabalho Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia. Ao lado de movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, a organização contribui para denunciar os impactos do agronegócio e defender políticas voltadas à soberania alimentar, à agroecologia e à proteção dos territórios e da sociobiodiversidade.

Mas os conflitos permanecem. A criminalização dos movimentos sociais, os ataques aos povos tradicionais, as ameaças à reforma agrária e o avanço do agronegócio continuam aprofundando desigualdades, violências e destruição ambiental. Ao mesmo tempo, decisões históricas, como a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Antônio Tavares, reafirmam a legitimidade da luta por direitos e fortalecem a resistência popular no campo.

Diante da fome, da crise climática e do aprofundamento das desigualdades, a agroecologia se afirma não apenas como alternativa, mas como necessidade urgente. O modelo do agronegócio, baseado em monoculturas, concentração fundiária, uso intensivo de agrotóxicos e devastação ambiental, já demonstrou sua incapacidade de responder às necessidades da sociedade e de garantir justiça socioambiental. Em contraposição, a agroecologia mostra, na prática, que é possível produzir alimentos saudáveis, preservar os territórios, fortalecer comunidades e enfrentar a crise climática a partir da soberania alimentar, da diversidade e do cuidado com a vida.



Terra de
Direitos

terradedireitos.org.br

